

CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRANS: PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

Everaldo de Toledo¹
Marco José de Oliveira Duarte²

RESUMO

O propósito deste estudo é explorar a temática da transgeneridade na infância e adolescência no âmbito escolar por meio de uma abordagem interdisciplinar que engloba os campos do Serviço Social e da educação. Seu intuito é fomentar a inclusão social desses atores-chave por meio de pesquisas que enriqueçam a compreensão sobre o assunto e, assim, desafiar a homofobia e a marginalização. O foco central reside na importância de salvaguardar os direitos sociais, civis e educacionais desses sujeitos, proporcionando-lhes um espaço de escuta e reconhecimento. O método adotado compreende uma revisão sistemática da literatura existente sobre a transgeneridade na infância na adolescência, complementada pela coleta de dados por meio de entrevistas com mães de crianças e adolescentes trans. Experiências relatadas por essas mães serão utilizadas para ilustrar as questões discutidas. Dentre os resultados preliminares, emerge a urgência de garantir direitos fundamentais, notadamente à educação e à inclusão social, para esses sujeitos. Reforça-se, ainda, a importância da colaboração entre diferentes setores, por meio da interseção e do diálogo, para fornecer um suporte integral. Nesse contexto, torna-se essencial garantir o acesso dessas crianças e adolescentes trans ao ambiente educacional, promovendo sua permanência e participação.

Palavras-chave: Transgeneridade, Inclusão social, Educação, Direitos de Crianças e Adolescentes Trans.

1 Mestrando do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio; contato: evetoller@gmail.com

2 Professor/Doutor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Contato: majodu@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema da transgeneridade na infância e adolescência ainda é pouco debatido, o que destaca sua relevância no meio acadêmico. A falta de enfoque torna importante buscar uma compreensão sobre a existência dessas crianças e adolescentes trans, que têm pais, irmãos e famílias. Infelizmente, muitas pessoas ainda se posicionam contrariamente aos direitos desses sujeitos, desafiando as leis conquistadas com luta e resistência. O anúncio da chegada de uma criança em uma família, independentemente do tipo de família existente nos dias de hoje, geralmente é motivo de alegria e comemoração. Contudo, é comum observar a presença de preconceitos e rejeições enfrentados desde cedo por crianças e adolescentes trans.

As experiências escolares de crianças e adolescentes trans têm sido marcadas por desafios significativos desde a infância. Esses sujeitos frequentemente enfrentam a falta de compreensão e apoio por parte de colegas, professores e da instituição, resultando em marginalização, discriminação e bullying que podem afetar seu bem-estar e processo de aprendizagem (ANDRADE, 2019; GUIMARÃES, 2017; LEITE, 2014).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender e enfrentar esses desafios vivenciados por crianças e adolescentes trans no ambiente escolar, durante esse percurso de suas vidas escolares, esses sujeitos deparam-se com obstáculos que incluem a luta para permanecer na escola e o temor de abandoná-la, impactando-os de maneira violenta. Superar preconceitos e a escassez de oportunidades torna-se essencial enquanto parte da sociedade progride em direção à aceitação da diversidade de identidade de gênero.

Os estigmas baseados em preconceitos enraizados na sociedade resultam em consequências adversas emocionais, psicológicas e acadêmicas para os/as alunos/as trans. A pesquisa de OLIVEIRA & DUARTE (2022) destaca o sofrimento e adoecimento mental enfrentados pela comunidade LGBTI+, incluindo riscos de suicídio e assassinatos devido à falta de implementação efetiva da Política Nacional de Saúde Integral LGBTI (PNSI-LGBT).

Conforme ANDRADE (2019), a vida de jovens transgêneros é modificada desde a infância, com ameaças constantes por serem quem são ou por assumirem sua identidade fora da norma binária. A autora destaca a incoerência entre o discurso legal de educação inclusiva e a prática conservadora e restritiva nas escolas:

Primeiro, nós temos uma incoerência muito forte: o que é dito na área da educação não é o que é praticado. Escutamos os discursos

presentes na legislação, principalmente no artigo 205º da Constituição Federal, que apresenta a educação como um direito de todos. A escola é dita como uma instituição para todos e também inclusiva. Esse discurso é muito forte quando se trata de educação. Na referida Constituição, a educação se apresenta como um direito fundamental sem qualquer distinção. Na prática, essa educação oferecida pelo Estado vai impossibilitar a existência ou, pelo menos, restringir a existência de pessoas que não estão em acordo com as normas e os padrões hegemônicos para a existência do ser humano. Então, é muito contraditório quando ao mesmo tempo se dá o direito, mas na prática, há os artifícios e as artimanhas do como fazer essa educação formal e conservadora (ANDRADE, 2019, p. 336).

Dito de outra forma, a autora aborda a contradição entre o discurso e a prática na área da educação. Embora haja uma forte retórica de que a educação é um direito para todos/as e que as escolas devem ser inclusivas, na realidade, o sistema educacional governamental acaba excluindo ou limitando a presença daqueles/as que não encaixam-se nas normas e padrões dominantes. A autora enfatiza a incoerência entre o direito garantido teoricamente e a abordagem conservadora e restritiva da educação na prática (ANDRADE, 2019).

Segundo a pesquisa inédita realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho³, (FMB/UNESP) em 2021, 1,9% da população adulta brasileira, aproximadamente 4 milhões de pessoas, identificam-se como transgêneros. O Brasil lidera as estatísticas mundiais em assassinatos de pessoas transgênero, conforme o Grupo Gay da Bahia (GGB), com registros de 256 casos de mortes e suicídios em 2022, segundo o Jornal O Globo⁴ (2023).

Dados alarmantes do projeto Garupa em parceria com a Coordenadoria Executiva da Diversidade Sexual (CEDS) da Prefeitura do Rio de Janeiro⁵ revelam que 83% das pessoas transgêneras foram vítimas de violência e discriminação na escola. Dentre essas vítimas, 44% relataram agressões na infância e adolescência, enquanto 22% sofreram agressões apenas na adolescência. A pesquisa também evidencia obstáculos na trajetória educacional, com 14% impedidos de

3 A pesquisa está disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2021/11/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais/> Acesso em: 15/04/2023.

4 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violencias-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml> . Acesso em: jan./2023.

5 Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2022-04-06/trans-e-travestis-sofreram-transfobia-violencias-rio-de-janeiro-pesquisa.html> Acesso em: jan./2024.

estudar por falta de oportunidade e 29% deixando de frequentar a escola devido ao preconceito e discriminação.

A pesquisa realizada em 2023 pelo Grupo Trans-Vida, com o apoio do Ministério da Mulher no Rio de Janeiro⁶, revelou que amigos, professores e familiares são os principais agressores ao longo da formação escolar. Os resultados indicam que 44% dos entrevistados relataram sofrer agressões por transfobia, 36,7% por desrespeito ao nome social, 27,9% por tortura psicológica, 20,4% por proibição do uso do banheiro adequado ao gênero, 15,6% por assédio sexual ou estupro. Surpreendentemente, apenas 15% das vítimas denunciaram as agressões sofridas à escola ou às autoridades, enquanto 29% permaneceram em silêncio. Além disso, 10,2% abandonaram a escola após sofrerem essas violências, enquanto 49% concluíram o ensino médio e 21,1% concluíram uma graduação.

Pela primeira vez em 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) irá estimar qual o tamanho da população trans, travesti e não binária do Brasil. Isso será possível porque a nova Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, que começou a coleta de dados recentemente, estima-se perguntar aos entrevistados qual a sua identidade de gênero, oferecendo seis respostas: mulher, mulher trans, homem, homem trans, travesti e não binário, além de um campo “outros” e um espaço para observações. A pessoa também poderá optar por não responder.

Diante desse cenário alarmante, a urgência de abordar a temática das crianças e adolescentes trans no ambiente escolar torna-se evidente. Estamos lidando com um tipo de preconceito velado, refletido em situações como discriminação, rejeição e agressão, que contribuem para dificultar o acesso e a permanência das crianças e adolescentes trans na escola e em outros espaços. No contexto dos direitos, é fundamental reconhecer que todos/as, independentemente de raça, cor, religião, posição geográfica ou preferências, têm direito a eles. O acesso à educação não é um mérito ou privilégio, mas um direito constitucional que deveria ser estendido a todos/as, sem distinção. Instituições públicas e privadas devem buscar estabelecer a função social de igualdade nas relações sociais.

Os pais desempenham um papel-chave nesse processo, garantindo que o acesso à educação, embora não garanta igualdade social, seja uma condição de igualdade de oportunidades para todos. Isso cria valores e facilita o crescimento e aprendizado, promovendo propostas equitativas para diferentes identidades de gênero, orientação sexual e diversidades. É importante que as crianças e

6 Disponível em: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/pesquisa-descreve-barreiras-para-abcesso-de-pessoas-trans-ao-emprego-227089> Acesso em: jan./2024.

adolescentes trans, assim como suas famílias e pessoas próximas, recebam apoio da sociedade e do Estado.

Os objetivos centrais incluem a análise dos processos de exclusão e desigualdade no ambiente educacional, considerando referenciais normativos brasileiros para a proteção da criança e do adolescente trans. Além disso, busca-se explorar temas como participação, inclusão, permanência e promoção da educação para a diversidade, visando contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva. Um objetivo específico é analisar o papel dos profissionais qualificados no atendimento a crianças e adolescentes trans, destacando sua contribuição para o suporte emocional e a construção de ambientes inclusivos. A pesquisa busca compreender como esses profissionais facilitam o processo de autoafirmação e oferecem suporte eficaz durante o desenvolvimento identitário desses jovens.

Por fim, este trabalho explora a participação, inclusão e educação para a diversidade, destacando o papel-chave do Assistente Social no atendimento a crianças e adolescentes trans no campo educacional, embasado em relatos de mães e cuidadores desses sujeitos.

METODOLOGIA

No presente trabalho, desenvolvemos um roteiro de entrevista composto por cinco perguntas semiestruturadas. Nosso principal objetivo foi coletar dados sobre as famílias de crianças e adolescentes trans, enfocando sua participação e inclusão no ambiente escolar. Além disso, buscamos explorar a perspectiva de educação para a diversidade ao longo de suas vidas. O processo de entrevistas revelou-se enriquecedor, proporcionando um diálogo aberto sobre questões relevantes ao tema, como transgeneridade, gênero, bem como percepções quanto a exclusão e desigualdades na educação. A diversidade de sentimentos expressos pelas famílias durante as entrevistas foi notável (TOLEDO, 2021).

A participação ativa, especialmente por parte das mães, foi significativa para este trabalho. Entramos em contato com aproximadamente 30 famílias, das quais mencionamos sete, compreendendo cinco mães e dois pais, todos referenciados por codinomes flor. As interações ocorreram principalmente por telefone e WhatsApp devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19⁷. As mensagens trocadas nesse curto período foram extremamente relevantes. Nosso

7 A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, identificado pela primeira vez em 2019 na China. Os sintomas incluem febre, tosse e falta de ar. A doença provocou uma pandemia global, resultando em medidas de distanciamento social, uso de máscaras e desenvolvimento de vacinas para conter sua propagação.

estudo concentra-se na análise do processo de inclusão de crianças e adolescentes transgêneros na esfera educacional. Utilizamos uma abordagem descritiva, qualitativa e exploratória, apoiada na análise de obras relacionadas ao tema.

As pesquisas descritivas buscam caracterizar populações ou fenômenos e identificar relações entre variáveis. Optamos por entrevistas individuais e em profundidade com mães, pais ou responsáveis, como método qualitativo para obter interpretações mais abrangentes dos fenômenos sociais (GIL, 2012; MINAYO, 2017). Destacamos a compatibilidade da técnica da História Oral (PORTELLI, 1997 & LOZANO, 2020) com nossa proposta de pesquisa em campo, valorizando os significados presentes nos discursos e ressaltando a importância da memória, oralidade e narrativa.

Elaboramos um questionário que permitiu a livre expressão dos participantes, abordando experiências desde o início da vida escolar até interações com colegas e educadores. Percebemos que discriminação, estereótipos e violência são situações frequentes no ambiente escolar. Exploramos também o momento da consciência da identidade de gênero, as reações do círculo social e a busca por orientação profissional relacionada à transgeneridade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da análise dos relatórios sobre violência transfóbica publicados pelo Grupo Gay da Bahia (2023), a comunidade trans emerge como vítima de exclusão e marginalização, frequentemente resultando em situações de prostituição e risco de vida. Este trabalho parte da hipótese de que essa conjuntura começa a se delinear nos espaços escolares durante a adolescência.

Os autores OLIVEIRA & DUARTE (2022) indicam que pessoas LGBTI+ enfrentam sofrimento mental e adoecimento devido a violências simbólicas ou verbais, podendo levar ao suicídio. Além disso, são vítimas de assassinatos, resultantes do não cumprimento efetivo da PNSI-LGBT em âmbito nacional, incluindo municípios e estados (OLIVEIRA & DUARTE, 2022).

O projeto de pesquisa do Centro Internacional de Estudo e Pesquisa sobre a Infância (CIESPI)⁸, “Primeira Infância Participativa e Inclusiva: ampliando oportunidades de educação para crianças em situação de vulnerabilidade”, visa contribuir para debates, políticas e ações relacionados ao tema (RIZZINI, 2011), buscando ampliar as oportunidades de educação.

8 Mais informações sobre o projeto podem ser acessadas em: www.ciespi.org.br

Coordenado no Brasil pela Professora Irene Rizzini, através do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, em parceria com o CIESPI/PUC-Rio, o projeto aborda a inclusão, participação, educação e reconhecimento de direitos e o papel do/a Assistente Social nesse contexto.

A educação é um direito humano fundamental, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948). O estudo destaca a importância da equidade, igualdade de oportunidades e valores na construção social. O Sistema de Proteção Universal dos Direitos Humanos, incluindo a ONU, esforça-se para garantir a dignidade de todos, independentemente de diferenças. A participação de crianças, adolescentes e jovens trans nos espaços públicos é respaldada por documentos internacionais e leis brasileiras, como a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA⁹) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA¹⁰) do Rio de Janeiro desempenham papel significativo na formulação de políticas públicas para a população transgênero jovem, promovendo uma sociedade democrática com participação social efetiva.

A Convenção dos Direitos da Criança (CDC), aprovada em 1989 pela ONU, destaca a participação de crianças e adolescentes em espaços públicos. O ECA, baseado na CDC, reconhece o direito à educação e destaca a importância de tornar o ensino acessível a todos os níveis.

Os estudos e pesquisas acerca da transgeneridade podem fomentar luta pelos direitos e inclusão social de pessoas transgêneros e demanda uma amplificação das redes de apoio para acolher, valorizar e respeitar suas identidades, considerando as diversas dimensões de suas vivências frequentemente alvos de preconceito e discriminação. A luta pela dignidade e não violência implica reconhecer falhas profundamente estigmatizadas e buscar práticas inclusivas e respeitadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade, a concepção de currículo escolar deve contemplar a diversidade de corpos e identidades de gênero, incluindo a atenção às demandas específicas de crianças e adolescentes trans. Nesse contexto, a escola enfrenta

9 Conselho Nacional dos Direitos Da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/conanda.php>. Acesso em 08/02/2023.

10 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://cmdcario.com.br/> Acesso em 08/02/2023.

o desafio de conciliar tais demandas com discursos conservadores que por vezes desconsideram as diferenças que necessitam de equilíbrio nesse ambiente.

É fundamental compreender que a transformação do mundo não é uma tarefa exclusiva da educação, mas, conforme afirmado por Paulo Freire, a educação tem o poder de transformar pessoas, e são as pessoas que podem transformar o mundo (FREIRE, 1979). Portanto, a educação é um processo que se estende para além dos muros da escola, embora esta seja um espaço privilegiado para sua concretização. A promoção da cidadania e dos direitos humanos não pode ser abordada de forma parcial ou precária. A escola desempenha um papel central nesse processo, sendo um ambiente propício para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao considerar os corpos masculinos, femininos e as diversas identidades de gênero, é imprescindível desenvolver um currículo que atenda a todas essas demandas, incluindo aquelas relacionadas aos adolescentes e jovens transgêneros. Dessa forma, a escola se torna um agente fundamental na formação de cidadãos conscientes da diversidade e capazes de contribuir positivamente para o mundo. Portanto, a prática da cidadania e dos direitos humanos deve ser plena, buscando um tratamento igualitário e respeitoso para todos.

Nesse sentido, a escola não pode se eximir desse debate, devendo desempenhar um papel fundamental na promoção de uma educação que respeite a diversidade de corpos, gêneros e identidades, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capazes de impactar positivamente o mundo. Essa abordagem inovadora e ética está alinhada com as diretrizes de pesquisa científica do país, as quais enfatizam a importância de uma educação inclusiva e respeitosa da diversidade de gênero e corpos, conforme evidenciado por diversos estudos e documentos curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das complexidades discutidas sobre a inclusão de adolescentes e jovens trans no ambiente escolar, as considerações finais desta pesquisa destacam a necessidade urgente de repensar o currículo educacional. A escola, ao confrontar um discurso conservador que muitas vezes ignora as diferenças, deve se tornar um espaço inclusivo e equitativo para todos (ESH, 2009).

Segundo Guilherme Almeida, professor, pesquisador das diversidades de gênero e sexual, primeiro doutor trans do país, iniciativas no âmbito da universidade são muito importantes para transformar esses espaços em ambientes cada vez mais democráticos nos quais pessoas cis e trans convivam em pé de igualdade.

Muitas vezes, as pessoas trans são levadas a deixar a família muito cedo. Quando um jovem, um adolescente ou uma criança deixa a família muito cedo, às vezes para morar nas ruas, essa pessoa vai ter um comprometimento da sua escolaridade, da sua inserção no mercado de trabalho. Quanto maior o suporte familiar que uma pessoa tem, mais facilmente ela vai conseguir chegar a uma carreira, a uma possibilidade de inserção (ALMEIDA, 2016).

As universidades têm que se abrir para facilitar ao máximo esse ingresso. No entanto, o que está se discutindo aqui é a possibilidade de reconhecer que essas pessoas vivem desvantagens que não estão colocadas para a maioria. De alguma forma, precisam existir políticas que reparem essa desvantagem, que permitam que essa pessoa tenha algum suporte para compensar essas desvantagens e poder de fato competir em pé de igualdade com as outras pessoas que estão ali. Não é um privilégio nesse sentido, é uma reparação¹¹.

Considerando o papel-chave desempenhado pelo Assistente Social e pela Psicologia, é importante ressaltar que ambos são peças fundamentais na busca pela inclusão efetiva de adolescentes e jovens trans no ambiente escolar. O/a assistente social, com sua expertise em lidar com questões sociais e de direitos, desempenha um papel central na promoção de políticas e práticas inclusivas. Sua atuação pode ser direcionada para a criação de estratégias que garantam o acolhimento e a equidade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais justo.

Por sua vez, a Psicologia desempenha um papel essencial na compreensão e apoio às necessidades emocionais e psicológicas das crianças, adolescentes e jovens transgêneros. A promoção de um ambiente emocionalmente seguro e saudável é fundamental para o desenvolvimento integral desses indivíduos, contribuindo para sua participação efetiva na comunidade escolar.

A colaboração entre Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores pode resultar em estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios enfrentados pelos adolescentes e jovens transgêneros, promovendo um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e respeitoso com a diversidade. Essa abordagem integrada reflete o compromisso de criar um ambiente escolar que não apenas reconhece, mas celebra a diversidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

11 A entrevista está disponível na íntegra em: <https://www2.ufff.br/noticias/2019/06/12/experienciasw-trans-promovem-reflexao-sobre-nossa-propria-liberdade/> Acesso em: nov./2023.

AGRADECIMENTOS

Expresso meu profundo agradecimento ao XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH, cujo período de 22 anos foi marcado pela consolidação exemplar desta distinta associação, notabilizando-se através de seus Congressos Internacionais e da conceituada revista científica REBEH. Tais eventos desempenharam um papel crucial na promoção de campos robustos de pesquisa e educação voltados à comunidade LGBTI+, desempenhando um papel significativo na formação de uma geração de pesquisadores comprometidos com a diversidade sexual, étnico-racial e de gênero.

A participação presencial neste congresso na cidade do Rio de Janeiro representou uma notável conquista, obtida mediante esforços incansáveis e enfrentamento de desafios consideráveis. Conforme destacado pela Presidenta, Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus, em meio a um contexto político-religioso fundamentalista e ataques anti-gênero e anti-LGBTI+, somados aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, enfrentamos adversidades ao longo dos anos, as quais impactaram negativamente o desempenho ideal de nossas atividades.

Manifesto minha sincera gratidão a todos que contribuíram para o êxito deste evento. Expresso também meu reconhecimento a figuras notáveis que têm desempenhado um papel crucial na continuidade de iniciativas como esta, como o Prof. Dr. Alexandre Bortolini, Prof. Bruno Ganem, Prof. Dr. Ivan Amaro, Prof.ª Dra. Meg Rayara Gomes e, especialmente, aos meus orientadores Prof.ª Dra. Irene Rizzini (PUC-Rio), Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (UFJF) e Prof.ª Dra. Tânia Horsth Noronha Jardim (PUC-Rio); são verdadeiramente meus maiores incentivadores. Agradeço à ABTH pela oportunidade de contribuir para o sucesso deste evento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. **Assistente Social no combate ao preconceito**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Transfobia, Brasília (DF), caderno n. 4, p. 7-15, 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13,

n. 2, p. 330-339, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/133987> Acesso em: apr./2023.

DUARTE, Marco José de Oliveira; OLIVEIRA, Esther Guedes da Silva. **A Política Nacional de Saúde Integral LGBT e seus desafios atuais.** In: Dez da Política Nacional de Saúde Integral LGBT: análises e perspectivas interseccionais e transdisciplinares para a formação e o trabalho em saúde. Devires, Salvador, BA, 2022.

CADERNO: **Escola Sem Homofobia.** Brasília, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjSzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf> Acesso em: mai./2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 28.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1979. 96p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 1.ed. São Paulo: Atlas. 2010. 248p.

GUIMARÃES, Camila de Carvalho Ouro. **Inclusão e Integração Social da Criança e do Adolescente Transgênero no Ambiente Escolar:** um exercício de direito, saúde pública e cidadania. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós-Graduação, em regime de associação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense e da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

LEITE, Vanessa Jorge. **Impróprio para menores? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas.** Rio de Janeiro, 2014. 364f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea.** In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). Usos & abusos da história oral. 10ª reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-26, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: mar./2023.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo: Projeto História, v. [S. l.], n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233> Acesso em: jun./2023.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 200p.

TOLEDO, Everaldo. **Crianças e Adolescentes Trans: participação, inclusão e educação para a diversidade**. Rio de Janeiro, 2021. 70 f. Monografia (Curso de Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, 2021.